

O ATAQUE AO ESTADO SOCIAL EM PORTUGAL: Ministérios da Educação, da Saúde e do Ensino Superior são os mais atingidos pelos cortes nas remunerações, e o Ministério da Educação será o campeão dos contratos a prazo em 2011

RESUMO DESTE ESTUDO

A análise dos cortes das “remunerações certas e permanentes” por Ministérios (Serviços Integrados) revela que o mais afectado por esta medida do governo será o da Educação. Num corte total de 649,4 milhões €, 63,5% (412,5 milhões €) correspondem a cortes no Ministério da Educação. Seguem-se os Ministérios da Defesa Nacional (-65,8 milhões € e -10,1% do total); da Administração Interna (-59,2 milhões € e -9,1%) e do Ministério da Justiça (-44,5 milhões € e 6,9% do total).

Em contrapartida é também ao Ministério da Educação aquele a que é atribuída a quase totalidade da verba destinada a contratos a prazo. Num total de 175,155 milhões € atribuídos em 2011 a todos os Ministérios (SI) para contratos a prazo, 167,4 milhões €, ou seja, 95,5% do total é para o Ministério da Educação, o que só pode ser explicado pela elevadíssima precariedade existente, nomeadamente a nível dos professores. Aos restantes Ministérios, é atribuído a cada um, menos de 1% do total. Desta forma, o governo fomenta a precariedade num sector – o da educação – que é fundamental para o desenvolvimento do País, o que vai ter efeitos na rentabilidade e qualidade do ensino em Portugal, um sector onde os problemas já são muito graves.

Entre 2010 e 2011, o corte nas “remunerações certas e permanentes” nos Serviços Autónomos atinge 209,177 milhões €, sendo fortemente afectados a saúde e o ensino superior. Assim, do corte total – 209,117 milhões € – 42,95% é feito nos SFA da saúde (fundamentalmente no SNS) e 54,38% nos serviços do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (fundamentalmente universidades e politécnicos). E isto porque os orçamentos do SNS, das Universidades e dos Politécnicos não estão incluídos nos dos Serviços Integrados mas sim nos dos Serviços e Fundos Autónomos. Tal como sucedeu em relação aos Serviços Integrados, em que área mais atingida pelos cortes é a educação, nos SFA os sectores mais atingidos são a saúde e o ensino superior, portanto todos sectores extremamente sensíveis e fundamentais para o bem-estar da população e o desenvolvimento do País. Se analisarmos as dotações para contratos a prazo nos SFA constantes do OE2011 concluímos que o total atinge 202,4 milhões €, sendo 59,6% daquele total atribuído ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e 33,5% ao Ministério da Saúde. Portanto, nos ministérios em que é maior o corte nas “remunerações certas e permanentes” maior são também as dotações para contratos a prazo. É evidente que o corte nas remunerações e a promoção da precariedade nestes serviços da Administração Pública está a provocar um grande descontentamento dos trabalhadores. E só nos primeiros 9 meses de 2010, aposentaram-se 442 médicos, o que significou que, pelo menos, 663.000 portugueses ficarem sem médico. É também desta forma que se está a destruir o SNS, que Sócrates diz defender da destruição do PSD.

Para completar esta análise mais detalhada, interessa ainda referir que no Orçamento do Estado para 2011, a nível dos Serviços Integrados, o Ministério que tem maior “fatia” para “avenças” é a Presidência do Conselho de Ministros, com 85,3% do total, e a nível de despesas de representação os maiores aumentos verificam-se no Ministério da Defesa Nacional (+207,5% do que em 2010), seguindo-se os ministérios da Administração Interna(+84,7%), da Educação (+22,4%) e em Encargos Gerais do Estado (+16,34%).

Apesar do baixo nível de escolaridade e do elevado abandono escolar ser um dos problemas estruturais mais graves do País, é precisamente no Ministério da Educação que é maior o corte nas remunerações sendo também no mesmo ministério que é a maior a dotação para contratos a prazo, o que naturalmente tem efeitos graves na rentabilidade de professores e alunos, devido à instabilidade que tal “solução” (substituição de contratos permanentes por contratos a prazo) naturalmente determina. Se compararmos as remunerações certas e permanentes previstas no OE 2010 com as de 2011, rapidamente conclui-se que o “corte” é de 649,4 milhões de €, o que corresponde a 7,9% das remunerações certas dos Serviços Integrados da Administração Central em 2010. Mas como mostram os dados do quadro seguinte, o corte por ministérios é desigual.

Quadro 1 – Cortes nas “remunerações certas e permanentes” em 2010 e 2011 por Ministérios (SI)

MINISTÉRIOS	2010	2011	Variação entre 2010 e 2011 Milhões euros	CORTE EM % DO CORTE TOTAL	Variação em % entre 2010 e 2011
	Milhões €	Milhões €			
	Remunerações Certas e Permanentes	Remunerações Certas e Permanentes			
Encargos Gerais do Estado	36,2	33,5	-2,8	0,4%	-7,7%
Presidência Concelho Ministros	55,2	79,2	24,0	-3,7%	43,5%
M. Negócios Estrangeiro	102,2	96,7	-5,5	0,8%	-5,4%
M. Finanças e Administração Pública	413,5	354,2	-59,3	9,1%	-14,3%
M. Defesa Nacional	763,4	697,6	-65,8	10,1%	-8,6%
M. Administração Interna	1.088,2	1.029,0	-59,2	9,1%	-5,4%
Ministério Justiça	875,5	831,0	-44,5	6,9%	-5,1%
M. Economia Inovação Desenvolvimento	48,2	44,6	-3,6	0,6%	-7,4%
M. Agricultura Desenv. Rural Pescas	134,4	127,8	-6,6	1,0%	-4,9%
M. Obras Públicas Transportes Comunicações	13,2	12,1	-1,1	0,2%	-8,2%
M. Ambiente Ordenação Território	34,9	33,8	-1,1	0,2%	-3,3%
M. Trabalho Solidariedade Social	51,3	46,9	-4,4	0,7%	-8,6%
M. Saúde	53,8	48,3	-5,5	0,9%	-10,3%
Ministério da Educação	4.478,9	4.066,4	-412,5	63,5%	-9,2%
M. Ciência Tec. Ensino Superior	8,0	8,1	0,2	0,0%	2,2%
M. Cultura	45,9	44,2	-1,7	0,3%	-3,7%
TOTAL	8.202,6	7.553,2	-649,4	100,0%	-7,9%

FONTE: Mapas Informativos –Serviços Integrados – Orçamento de Estado - 2010 e 2011

O Ministério mais afectado pelo corte das remunerações é o da Educação. Num corte total de 649,4 milhões €, 63,5% correspondem a cortes no Ministério da Educação. Seguem-se os ministérios da Defesa Nacional (-65,8 milhões € e 10,1% do total); da Administração Interna (-59,2 milhões € e 9,1%) e o Ministério da Justiça (-44,5 milhões € e 6,9% do total)..

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SERÁ O CAMPEÃO DOS CONTRATOS A PRAZO EM 2011

O governo corta nas remunerações do Ministério da Educação, mas atribui a este ministério uma elevadíssima dotação para contratos a prazo, como revelam os dados seguintes.

Quadro 2 – Dotações para contratos a prazo em 2011 por Ministérios (SI)

MINISTÉRIOS	2011-Milhões €	% do Total
	Pessoal contratado a termo	
Encargos Gerais do Estado	0,042	0,0%
Presidência Concelho Ministros	0,692	0,4%
M. Negócios Estrangeiro	1,608	0,9%
M. Finanças	0	0,0%
M. Defesa Nacional	0,42	0,2%
M. Administração Interna	0,003	0,0%
M. Justiça	1,602	0,9%
M. Economia	0	0,0%
M. Agricultura Desenvolvimento Rural Pescas	0,235	0,1%
M. Obras Publicas Transportes Comunicações	1,784	1,0%
M. Ambiente Ordenamento Território	0,031	0,0%
M. Trabalho Solidariedade Social	0	0,0%
M. Saúde	0,938	0,5%
Ministério da Educação	167,464	95,6%
M. Ciência Tecnologia Ensino Superior	0,08	0,0%
M. Cultura	0,256	0,1%
TOTAL	175,155	100,0%

FONTE: Mapas Informativos –Serviços Integrados – Orçamento de Estado - 2011

Num total de 175,155 milhões € atribuídos a todos os Ministérios em 2011 para contratos a prazo, 167,4 milhões €, ou seja, 95,5% do total é para o Ministério da Educação, o que só pode ser explicado pela elevadíssima precariedade existente, nomeadamente de professores. E isto

quando o governo afirma que é a sua intenção combater essa mesma precariedade. Também aqui existe uma grande diferença entre as palavras do governo e a sua prática. A intenção de aumentar a precariedade neste sector foi confirmada pela decisão do governo de congelar os concursos de professores que estavam a ser realizados, o que provocou o protesto dos sindicatos.

A NIVEL DOS SFA OS MAIORES CORTES SÃO NO SNS E NAS UNIVERSIDADES

O quadro 3, construído com dados dos Mapas Informativos dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) contém os valores das remunerações certas e permanentes constantes do OE2010 e do OE2011. As despesas estão também repartidas por ministérios, incluindo todos os organismos autónomos dependentes de cada um deles. Por ex., o Ministério da Saúde inclui o SNS, e no Ministério da Ciência e Tecnologia estão as universidades e os politécnicos. No Relatório que acompanha o OE, disponíveis em www.dgo.pt, encontram, por ministérios os respectivos SFA.

Quadro 3 - Remunerações certas e permanentes dos SFA por ministérios em 2010 e 2011

MINISTÉRIOS	2010	2011	Variação entre 2010 e 2011 Milhões euros	CORTE EM % DO CORTE TOTAL	Variação em % entre 2010 e 2011
	Milhões €	Milhões €			
	Remunerações Certas e Permanentes	Remunerações Certas e Permanentes			
Encargos Gerais do Estado	21,793	20,511	-1,282	0,61%	-5,88%
Presidência Concelho Ministros	36,253	34,179	-2,074	0,99%	-5,72%
M. Negócios Estrangeiro	5,381	27,021	21,64	-10,35%	402,16%
M. Finanças e Administração Pública	30,836	30,021	-0,815	0,39%	-2,64%
M. Defesa Nacional	32,052	31,024	-1,028	0,49%	-3,21%
M. Administração Interna	10,91	11,05	0,142	-0,07%	1,30%
Ministério Justiça	23,502	20,588	-2,914	1,39%	-12,40%
M. Economia Inovação Desenvolvimento	74,841	70,598	-4,243	2,03%	-5,67%
M. Agricultura Desenvolvimento Rural Pescas	58,684	52,419	-6,265	3,00%	-10,68%
M. Obras Públicas Transportes Comunicações	87,283	84,109	-3,174	1,52%	-3,64%
M. Ambiente Ordenação Território	68,394	67,55	-0,844	0,40%	-1,23%
M. Trabalho Solidariedade Social	113,869	111,446	-2,423	1,16%	-2,13%
Ministério da Saúde	1028,003	938,134	-89,869	42,96%	-8,74%
M. Educação	9,23	7,47	-1,754	0,84%	-19,01%
M. Ciência Tecnologia e Ensino Superior	1028,73	914,979	-113,751	54,38%	-11,06%
M. Cultura	11,204	10,681	-0,523	0,25%	-4,67%
TOTAL	2.640,96	2.431,79	-209,177	100,00%	-7,92%

FONTE: Mapas Informativos –Serviços e Fundos Autónomos – Orçamento de Estado - 2010 e 2011

Entre 2010 e 2011, o corte nas “remunerações certas e permanentes” dos Serviços Autónomos atinge 209,177 milhões €, sendo atingido fortemente os organismos da saúde e do ensino superior. Assim, do corte total – 209,117 milhões € – 42,95% é feito nos SFA da saúde (fundamentalmente no SNS) e 54,38% nos serviços do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (fundamentalmente universidades e politécnicos). Tal como sucedeu em relação aos Serviços Integrados, em que a área mais atingida pelos cortes é a educação, nos SFA os sectores mais atingidos são a saúde e o ensino superior, portanto sectores extremamente sensíveis e fundamentais para o desenvolvimento do País.

DESPESAS PREVISTAS COM “AVENÇADOS” E DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PREVISTAS POR MINISTÉRIOS EM 2011

O quadro seguinte, completa os anteriores, já que nele as despesas previstas com “avençados e tarefeiros” e com representação nos Serviços Integrados estão repartidas por ministérios.

Quadro 4 – Dotações para “avençados e tarefeiros” e para representação em 2010 e 2011 por Ministérios (Serviços Integrados)

MINISTÉRIOS	2010 -Milhões €		2011 -Milhões €		Variação % 2010-11		% do TOTAL-2011	
	Pessoa em regime de tarefa ou avença	Despesas de representação	Pessoa em regime de tarefa ou avença	Despesas de representação	Pessoa em regime de tarefa ou avença	Despesas de representação	Pessoa em regime de tarefa ou avença	Despesas de representação
Encargos Gerais do Estado	0,072	0,453	0,072	0,527	0,0%	16,3%	0,2%	2,7%
Presidência Conselho Ministros	5,77	1,393	33,367	1,414	478,3%	1,5%	85,3%	7,3%
M. Negócios Estrangeiro	0,021	0,774	0,116	0,693	452,4%	-10,5%	0,3%	3,6%
M. Finanças	0,747	2,07	0,59	1,846	-21,0%	-10,8%	1,5%	9,6%
M. Defesa Nacional	2,438	0,691	2,404	2,125	-1,4%	207,5%	6,1%	11,0%
M. Ad. Interna	1,897	2,582	1,739	4,77	-8,3%	84,7%	4,4%	24,8%
M. Justiça	0,319	1,489	0,005	1,414	-98,4%	-5,0%	0,0%	7,3%
M. Economia	0,177	0,904	0,118	0,834	-33,3%	-7,7%	0,3%	4,3%
M. Agricultura DRP	0,12	1,433	0,01	1,34	-91,7%	-6,5%	0,0%	7,0%
M. Obras Publicas Transportes Comunicações	0,125	0,442	0,06	0,49	-52,0%	10,9%	0,2%	2,5%
M. Ambiente Ordenamento Território	0,127	0,583	0,145	0,585	14,2%	0,3%	0,4%	3,0%
M. Trabalho Solidariedade Social	0,179	0,76	0	0,66	-100,0%	-13,2%	0,0%	3,4%
M. Saúde	0,05	0,678	0,061	0,589	22,0%	-13,1%	0,2%	3,1%
M. Educação	0,497	0,841	0,222	1,029	-55,3%	22,4%	0,6%	5,3%
M. Ciência Tecnologia Ensino Superior	0,132	0,281	0,063	0,279	-52,3%	-0,7%	0,2%	1,4%
M. Cultura	0,279	0,699	0,157	0,666	-43,7%	-4,7%	0,4%	3,5%
TOTAL	12,95	16,073	39,129	19,261	202,2%	19,8%	100,0%	100,0%

FONTE: Mapas Informativos –Serviços Integrados – Orçamento de Estado - 2011

Na área dos Serviços Integrados, a nível de despesas com pessoas em “regime de tarefa ou avençados “ o maior aumento e peso verifica-se na Presidência do Conselho de Ministros, previsivelmente determinado pela realização do Censo de 2011. A nível de despesas de representação (SI) o maior aumento verifica-se no Ministério da Defesa Nacional (+207,5% relativamente a 2010), seguindo-se os ministérios da Administração Interna(+84,7%), da Educação (+22,4%) e em Encargos Gerais do Estado (+16,34%).

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
24.10.2010